

HISTÓRIA & ARQUEOLOGIA: A SALA DE AULA COMO POSSIBILIDADE DE PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Thiago Pereira¹

RESUMO

A educação patrimonial – conjuntos de procedimentos voltados para conscientizar e educar a população local, em especial, o público infanto-juvenil, deve ocorrer de forma permanente. É uma ferramenta fundamental para a proteção e a promoção do patrimônio cultural no Norte de Minas e no Brasil. Este artigo reflete sobre parte do patrimônio cultural arqueológico e apresenta sugestões de como utilizar do mesmo em sala de aula, desde a geografia, a ciência, a história e demais áreas do conhecimento.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural, Arqueologia, Norte de Minas, Sala de aula.

ABSTRACT

Patrimonial education - sets of procedures aimed at raising awareness and educating the local population, especially the child and adolescent public, must take place on a permanent basis. It is a fundamental tool for the protection and promotion of cultural heritage in Northern Minas Gerais and Brazil. This article reflects on part of the archaeological cultural heritage and presents suggestions on how to use it in the classroom, from geography, science, history and other areas of knowledge.

Keywords: Cultural heritage, Archeology, North Minas, Classroom.

INTRODUÇÃO

De acordo com Figueiredo e Pereira (2010, p. 1111), os sítios arqueológicos (pré-históricos e históricos) têm ganhado uma dupla

¹Mestrado em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Unimontes / Formação Complementar na Catedra de Prehistoria y Arqueología da Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Graduação em História pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e bolsista ICV – Iniciação Científica Voluntária UNIMONTES. E-mail: historiadorthiago@hotmail.com



característica que problematiza sua preservação: “são *locus* de memória, construções, testemunhos e ao mesmo tempo, *status* de patrimônio cultural, por serem bens articulados à comunidade na qual se inserem e, de certo modo, a toda humanidade”.

O patrimônio cultural tem ganhado na atualidade, atenção cada vez maior por parte da sociedade: de gestores culturais, artistas a estudiosos como antropólogos, arqueólogos, geógrafos e historiadores, perpassando o campo político com discussão interdisciplinar e estabelecendo regras e leis para preservá-lo. A constituição brasileira de 1988, no artigo 216, define o conceito atual de patrimônio cultural no país com suas diversidades, dentre elas, o arqueológico:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomando individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (**Grifo nosso**)

Segundo a Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR), a discussão do valor como “arte” das inscrições pré-históricas tem tornado objeto de caloroso debate entre os estudiosos, com destaque para arqueólogos e historiadores da arte. A base dessa discussão se encontra na busca de respostas distintas às mensagens que estes registros proporcionam, ou seja, o debate é complexo por abarcar diferentes óticas a respeito das pinturas rupestres, desde arqueólogos, historiadores, antropólogos, etc. Logo este artigo reflete sobre parte do patrimônio cultural arqueológico e apresenta sugestões de como utilizar do mesmo em sala de aula, desde a geografia, a ciência, a história e demais áreas do conhecimento, utilizando revisão bibliográfica como suporte para tal reflexão.

Conceitos e considerações

Torna-se fundamental conceituar o período da Pré-história. Para Vainfas (2007, p. 35), a história indígena é formada por enganos e incompreensões. O termo “índio” – um equívoco generalizante, que não consegue considerar a diversidade e pluralidade dos grupos étnicos que viviam no atual Brasil. A necessidade de considerações como estas, ocorre por tratar-se da Pré-história e o emprego das divisões territoriais que foram construídas posteriormente, com a chegada dos portugueses no Brasil em 1500.



Na Europa, refere-se ao período do surgimento do homem ao início da escrita, por volta de 3.500 a.C. Para Funari e Noelli (2006), o conceito na América se dá ao período que antecede à chegada dos europeus ao continente, em 1492 de forma geral, mas no caso brasileiro em 1500 e em regiões como o norte de Minas Gerais, no século XVIII com efetiva ocupação, não esquecendo que antes deste período, entradas e bandeiras como a primeira do espanhol Bruzza Espinosa de 1553 adentraram ao território da atual região. Então, todas as fontes que remetem ao período anterior à chegada dos europeus são chamadas de pré-históricas.

Dentre elas, tem-se a arte rupestre – compreendida pelas pinturas, gravuras e inscrições. A capacidade do homem de representar seu pensamento abstrato se deu a partir da arte pré-histórica. De acordo com Guidon e Martin (2009) os registros rupestres tiveram início entre 30 e 25 mil anos a.C. O surgimento desta manifestação a nível global não pode ser feita apenas pela cultura da difusão das idéias, mas por origens biológicas que indicam os marcadores culturais. A manifestação em escala mundial pode estar relacionada com a evolução cognitiva do gênero *homo*, que possibilitou o desenvolvimento do processo de captação do abstrato.

Arte rupestre entendida como fonte: Arqueologia & História no Contexto Social

O patrimônio arqueológico do norte de Minas Gerais se relaciona diretamente com a Arqueologia, na perspectiva de decifrar os códigos e possíveis prospecções e escavações, mas cabe a História, a busca pelo “[...] reconhecimento cultural deste rico patrimônio, para mantê-lo preservado e fonte de pesquisa e por que não dizer de atração turística, podendo por isto, ser também fonte de desenvolvimento sustentável.” (DIAS, 2010, p. 988).

A preocupação com esses estudos, deve sempre culminar no desafio da interdisciplinaridade, porque geralmente o sítio rupestre possui vestígios materiais no seu entorno, e mesmo que não os tenha, após estudos de escavações e prospecções, o sítio rupestre integra a todo um território de ocupação por determinados grupos sociais, necessitam-se, portanto, da contribuição e dados da História, da Geografia, da Biologia a respeito da fauna e flora, o que segundo Prous (2006), “[...] os sítios arqueológicos não são entidades isoladas, mas elementos dentro da ocupação de um território por uma população. Alguns deles refletem ocupações sazonais, enquanto outros correspondem a habitações de longa duração. Alguns mostram apenas atividades precisas e limitadas [...] enquanto outros guardam vestígios de atividades diversificadas.”



Figura 01 – Vista panorâmica do sítio Lapa do Mercado, em Santana da Serra, distrito de Capitão Enéas – MG.



Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2009.

As pesquisas devem ter sítios como ponto de partida e sítio de referência, sendo que os demais sítios da área geográfica serão continuação lógica das pesquisas e do contexto arqueológico, resultando em conhecimento do entorno físico e social dos grupos que habitaram a região. Os estudos da arte rupestre no âmbito da História da Arte apontam tanto os estilos generalizados, quanto cada artista, cada obra separada por linhas mestras estilísticas. A partir do entendimento que dentro de cada tradição, cada abrigo, paredão pintado com seus painéis, possui particularidades realizadas pelos seus autores ou “artistas” o que se encontra é a “variedade”. O que gera questionamentos como: o estilo seria obra unitária de um pequeno grupo cronologicamente limitado? Ou ainda, poderíamos defini-lo como interpretação da macro-temática das grandes tradições?

Uma pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), demonstrou em 06 anos de pesquisas, que há um sítio arqueológico pré-histórico (pinturas rupestres, cerâmicas e urnas funerárias etc.) a cada 05 quilômetros quadrados. Foram catalogados desde 2005, cerca de 1.053 sítios, o que de acordo com levantamentos do IPHAN, correspondem aproximadamente a 2% do potencial de Minas Gerais. Deste total, 30% se localizam próximos aos principais rios do estado, num raio de 3 quilômetros; 500 dos mais de 1000 sítios, pertencem à bacia do rio São Francisco, isto é, de afluentes seus como o rio Jequitaiá, Peruagu e rio das Velhas, outros 573 sítios da bacia não foram contabilizados por ausência de coordenadas geográficas precisas de acordo com as tecnologias contemporâneas.

Figura 02 – Mapa Modificado pelo autor dos resultados e levantamentos feitos pelo IPHAN / MG. Em caixa alta têm ao norte do estado, o município de Jequitaiá (Lapa Pintada), o parque estadual Lapa Grande em Montes Claros e o Parque Cavernas do Peruaçu em Januária e Itacarambi – MG.



Fonte: Alexandre Delforge/IPHAN e Estado de Minas, 2011.

Lapa pintada de Jequitaiá – MG: Locus de Memórias, Considerações do seu entorno e a Sala de Aula - Possibilidade de Desenvolvimento Sustentável.

O município de Jequitaiá localiza-se no norte de Minas Gerais, surgido no final do Império do Brasil com o descobrimento de diamantes nas margens do caudaloso rio Jequitaiá, este afluente do São Francisco que nasce no Planalto Diamantino, próximo ao Serro – MG, em estrutura bem antiga, de era geológica Pré-Cambriana.

Figura 03 – Trecho do rio Jequitaí próximo a Lapa Pintada.

Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

A vegetação próxima ao rio de forma geral é a mata ciliar tropical com plantas de portes elevados, além de plantas médias nos planaltos e chapadas da formação Bambuí; o município é zona transitória entre o cerrado onde se encontram o pequiheiro (caryocar brasileiro), palmáceas como o buritizeiro (*Maritia Flexuosa*) etc. e a caatinga com suas inúmeras plantas xerófitas, (adaptação a períodos longos de estiagem porque absorvem melhor a água ou com raízes superficiais para captação do máximo das chuvas e diminuição da transpiração no período de estiagem) dentre elas a coroa de frade (*melocatus bahiensis*) é destaque, “os solos do município geralmente são mais profundos e ao longo do rio há as chamadas vazantes. Os solos geralmente na região norte mineira são latossolos vermelho, vermelho – amarelo. Há os latossolos, argiloso e o areno – argiloso.”²

² PEREIRA, Thiago. *A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE JEQUITAÍ: O Sítio da Lapa Pintada*. Monografia apresentada à Graduação de História pela Universidade Estadual de Montes Claros. p. 41. Não Publicado.



Figura 04 – Espécie xerófita no entorno do sítio Lapa Pintada.



Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.



Figura 05 – Coroa de Frade, espécie presente na Lapa Pintada.

De forma geral, o clima mineiro é tropical de altitude com temperaturas médias de 17° a 20° graus Celsius e pluviosidade de 1.300 milímetros anuais, “[...] o norte mineiro, legalmente incluído no Polígono das Secas, apresenta áreas de clima semi-árido com menos de 700 milímetros de chuvas anuais.” (PIFFER. 1999, p. 92). Jequitaiá, especialmente, possui o clima não muito seco como o de Montes Claros – MG para o norte, que há mais semi-aridez, mas uma transição entre o semi-árido e o semi-úmido, porém o é caracterizado como semi-árido em razão da região.³

³ Considerações de Maria Aparecida Costa, professora aposentada de Geografia do Brasil pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). COSTA, Maria Aparecida. Montes Claros – MG, Brasil. 15 de junho de 2010. MP4 (25 min.). Entrevista concedida a Thiago Pereira.

Estas considerações do atual município norte – mineiro, demonstram uma região propícia para a ocupação humana, o que provavelmente veio se firmando com o início do Holoceno – período geológico atual, que foi iniciado por volta de 9 e 10 mil anos atrás, em que os diversos climas e faunas modernas foram instaladas, ou seja, permite supor que o território possibilitava fontes de alimentação como os pequizeiros, palmáceas que foram apontadas anteriormente, além de abundância de peixes, provavelmente as principais fontes de proteínas nos períodos pré-históricos e outros animais como roedores e aves, presentes também nas pinturas rupestres.

Figura 06 – Pinturas rupestres presentes na Lapa Pintada



Fonte: Acervo Pessoal de Thiago Pereira, 2011.

O município possui vestígios da presença dos homens pré-históricos: são mais de 10 sítios pré-históricos conhecidos atualmente, com probabilidade de outras áreas e quadrantes a descobrir. Dentre estes, o sítio rupestre Lapa Pintada é o mais conhecido, distante cerca de 2 quilômetros da sede municipal, ainda em perímetro urbano, possui uma significativa de painéis com pinturas rupestres, aqui apresentadas como bens patrimoniais de sua gente.

Dessa forma, “[...] a Cultura é o conjunto de atividades e os modos de agir, costumes e instruções de um povo, meio pelo qual o ser humano se adapta às condições de existência transformando a realidade” (IEPHA/ MG. 2008. p. 3.), ela possui produtos (objetos, registros, valores, sons, ritos e lendas), que permite que se conheça a sociedade, além de ilustrar a memória que é constituída de lembranças e reminiscências.

A Lapa Pintada é um lugar de memória para a sociedade jequitaiense; diferentes gerações a enxergam como parte de suas lembranças e de suas vidas, como se percebe nas



considerações de Aparecida Costa a respeito da Lapa Pintada⁴ (Jequitaiá) dos anos 50 e 60 do século XX:

Na Lapa Pintada de vez em quando juntava uma turma, porque os pais não deixavam ir só, então tinha que ter acompanhantes [...] e a gente ia, levava aquela matula e passava o dia nadando e cantando. Nossa, era bom de mais! Uma vida tranqüila, ar puro pescava bastante [...] Era uma cidade pacata e tranqüila. Eu achava as ruas imensas e largas. Quando a gente é pequeno tem uma impressão, depois é outra. (COSTA, 2010)

Figura 07 – A professora Aparecida Costa e amigos em um dos inúmeros passeios à Lapa Pintada.



Fonte: Arquivo Pessoal da professora Aparecida Costa, 1963.

Uma das formas de se pensar em desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é fomentar as potencialidades naturais e sociais é **através da educação**. Este aprimoramento permite ao homem aprender e reaprender de acordo com a sua necessidade e, de certo modo, de sua coletividade, afinal, o conhecimento é infinito. A educação patrimonial – conjuntos de procedimentos voltados para conscientizar e educar a população local, em especial, o público infanto-juvenil, deve ocorrer de forma permanente.

Centros de cultura, instituições de classe e, em especial, a sala de aula, podem contribuir para a promoção, conhecimento e conseqüentemente a preservação do patrimônio cultural. Um exemplo seria na data de 21 de abril, que fomenta palestras, pesquisas e feiras de cultura nos colégios de todo o Brasil, por tratar do dia denominado “Descobrimento do

⁴ COSTA, Maria Aparecida. Montes Claros – MG, Brasil. 15 de junho de 2010. MP4 (25 min.). Entrevista concedida a Thiago Pereira.

Brasil”. Como consta a carta do descobrimento pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, que narra uma história cujo cenário é a região litorânea da atual Bahia, local que os portugueses chegaram em 1500, com suas caravelas, encontrando povos nativos.

O que é desconhecido por muitos historiadores e professores da educação básica é que a data abrange uma importância histórica maior, tanto a nível nacional, quanto para o caso específico de Minas Gerais: em 21 de abril de 1843; há 343 anos após Pero Vaz de Caminha escrever sobre o “descobrimento”, o dinamarquês Peter Lund descobriu na região de Lagoa Santa – MG, ossos fossilizados. De acordo com Hetzel (2007, p. 49), ninguém havia encontrado restos humanos fossilizados no mundo, muito menos na América, que era considerada como o “Novo Mundo”. Lund teria encontrado indícios de um passado que não se encaixou na história construída pelos europeus.

Uma possibilidade de inovação e ampliação de uma possível feira cultural e científica, bem como, um provável debate com alunos de toda a escola, mas especificamente do 6º ano da educação básica, que estuda o conteúdo sobre os povos ameríndios e os primórdios da colonização, conforme a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), assim, conseguirá avançar sobre o conhecimento dos alunos para com as sociedades indígenas, mas também sobre a própria história deles. A forma que é apresentada a discussão, quase não há mais considerações a respeito dos modos de vida dos povos que os portugueses encontraram, com sua cultura plural e diversificada, forjada por gerações às condições de um território continental.

Com um trabalho interdisciplinar de Ciências, História, Geografia e Educação Física pode-se abordar o equilíbrio ecológico através de uma pesquisa em que se preocupe no estudo por parte do aluno sobre a relação das cadeias alimentares (conteúdo abordado especificamente nas aulas de Ciências), o estudo do ciclo da água (conteúdo da Geografia), bem como, uma pesquisa (ou aula expositiva do professor de História) sobre a relação dos seres humanos com o seu meio e suas questões de harmonia e conflito, no caso, específico da Lapa Pintada, como os homens deixaram seu legado às margens do rio Jequitaiá bem como considerações de parte dos painéis, cuja temática dominante é de animais (zoomorfos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pelos professores de Ciências, História e Geografia podem ser apresentados em forma de cartazes, fotografias e retirado dos textos e pesquisas dos alunos, trechos para composição de caixas (frases curtas) para apresentação dos resultados e



conhecimentos a comunidade escolar que visitar a feira cultural (pais, irmãos, avós e demais funcionários da escola como o pessoal administrativo e de serviços gerais).

O professor de Educação Física, entraria em uma apresentação dos alunos, todos em forma de círculo e ligados uns aos outros com um barbante. Há um equilíbrio na situação, cada qual no seu devido lugar. Um dos alunos é convidado a mudar de posição, não muito distante da que se encontra, apenas ao lado, isso de início afetará alguns, mas poderá ser feita a mudança. Posteriormente, outro aluno é convidado a ir para o outro lado do círculo, o que ao forçar, levará ao rompimento do cordão, até que mais integrantes sejam convidados ao mesmo procedimento, deixando rompimentos e quebras dos cordões explícitos a platéia convidada. Esse exercício esforçado demonstra e exemplifica o equilíbrio ecológico que existe na natureza e que quando espécies são extintas ou exterminadas pelo homem, outras espécies que dependiam direta ou indiretamente serão atingidas, o que afetará inclusive a todos nós.

REFERÊNCIAS

ABAR. Disponível em: <www.abar.com.br> Acesso em: 10 de Dez. 2010 às 13 horas.

BRAUDEL, Fernand. Primeiros Utensílios, primeiros homens. In: **Memórias do Mediterrâneo: Pré-história e Antiguidade**. Rio de Janeiro: Mutinossa. 2001.

COSTA, Maria Aparecida. Montes Claros – MG, Brasil. 15 de junho de 2010. MP4 (25 min.). **Entrevista** concedida a Thiago Pereira.

DIRETRIZES DO IEPHA/MG. Belo Horizonte: IEPHA/ MG. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIDON, Niède; MARTIN, Gabriela. Arte Global num único destino: a sobrevivência. In: **Anais do Global Rock Art**, 2009, São Raimundo Nonato, 2010.

GUIDON, Niède. Prefácio. In: PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da Pré-História*. **Parque Nacional Serra da Capivara. Imagens de la Préhistoire; Images from Pre-History**. São Paulo: FUMDHAM/PETROBRÁS, 2006.

HETZEL, Bia [et. al.]. **Pré-história do Brasil**, Barueri: Manati, 2007.

PEREIRA, Thiago. A proteção do patrimônio arqueológico de Jequitaiá: o sítio da lapa pintada. **Monografia** apresentada à Graduação de História pela Universidade Estadual de Montes Claros. p. 41. Não Publicado.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 15-16.

SIMÃO, Cristina. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



VAINFAS, Ronaldo. História Indígena: 500 anos de despovoamento. In: **Brasil 500 Anos de Povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 35 – 59.

Artigo recebido em: 08/11/2018.

Artigo aceito em: 03/12/2018.

